



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA **3ª Região - BAHIA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO
DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017

Salvador/BA, 13 de novembro de 2018.

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 3ª REGIÃO/BA
Administração Regional da Bahia - CNPJ(MF) 37.115.490/0001-81
Endereço: Rua Prof. Aristides Novis, 27 - Federação
Salvador/BA

Att.: Coordenação Financeira e Contábil
Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CRP/BA acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2017, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "1.10.2" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/0

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/0-9
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO – CRP/BA
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – CRP/BA**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia nos mês de setembro de 2018, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

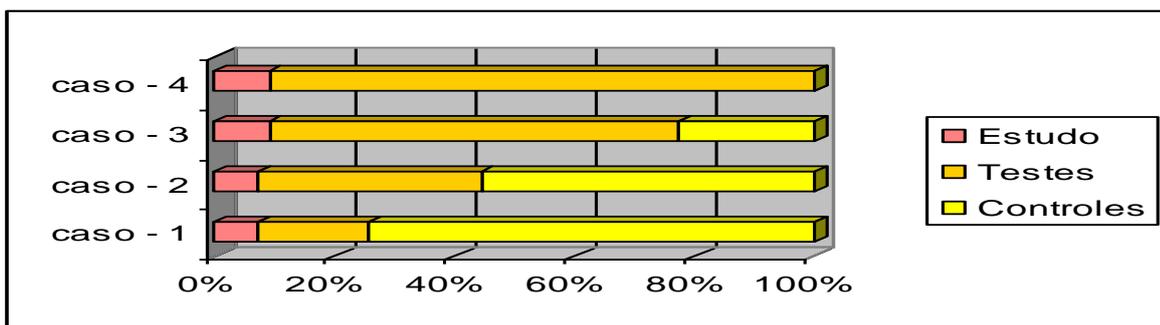
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

⇒ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

⇒ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.2.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADAS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CFP para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados pelos CRPs e com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas adotados pelos Regionais quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento, verificando, no caso da utilização do sistema compartilhado do Banco do Brasil, se estão sendo obedecidos os termos do contrato firmado com o CFP;
- ✓ Testamos os cálculos e remessas da Cota-Parte e do Fundo de Seções feitos pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os dados do CFP;
- ✓ Verificamos a exatidão dos registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiro dos profissionais inscritos no Conselho;
- ✓ Procedemos teste para verificar a exatidão do efetivo controle relativo aos psicólogos inscritos no Conselho, à inadimplência, à inscrição na dívida ativa e a execução fiscal;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis ns. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;

- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;
- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extra contábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CFP) e de seu cumprimento.

1.2.7 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2017 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

Conta	ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.121.532,32	29,78%	R\$ 1.753.741,19	30,20%	R\$ 367.791,13	20,97%
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.045.475,95	96,42%	R\$ 1.694.947,68	96,65%	R\$ 350.528,27	20,68%
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	-
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 39.934,74	1,95%	R\$ 19.560,43		R\$ 20.374,31	104,16%
1.1.5	Não Localizado	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00		R\$ 0,00	-
1.1.9	VPD's PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 36.121,63	1,70%	R\$ 39.233,08	2,24%	-R\$ 3.111,45	-7,93%
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 5.001.710,02	70,22%	R\$ 4.053.126,04	69,80%	R\$ 948.583,98	23,40%
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 3.173.091,11	63,44%	R\$ 2.876.609,84	70,97%	R\$ 296.481,27	10,31%
1.2.3	IMOBILIZADO	R\$ 1.828.618,91	36,56%	R\$ 1.175.496,16	29,00%	R\$ 653.122,75	55,56%
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	R\$ 221.264,33	12,10%	R\$ 278.998,33	23,73%	-R\$ 57.734,00	-20,69%
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	R\$ 1.648.932,00	90,17%	R\$ 1.252.000,00	106,51%	R\$ 396.932,00	31,70%
1.2.3.8	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 41.577,42	-18,79%	-R\$ 355.502,17	-127,42%	R\$ 313.924,75	-88,30%
1.2.4	INTANGÍVEL	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 1.020,04	0,08%	-R\$ 1.020,04	-100,00%
1.2.4.1	SOFTWARES	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 1.700,00	-0,48%	-R\$ 1.700,00	-100,00%
1.2.4.8	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	R\$ 0,00	0,00%	-R\$ 679,96	-66,66%	-R\$ 679,96	-100,00%
	TOTAL	R\$ 7.123.242,34	100%	R\$ 5.806.867,23	100%	R\$ 1.316.375,11	22,67%
Conta	PASSIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-207.634,52	2,91%	-214.831,47	3,70%	-7.196,95	-3,35%
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	-8.680,14	4,18%	-13.918,62	6,48%	-R\$ 5.238,48	-37,64%
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-10.536,57	5,07%	-18.920,65	8,81%	-R\$ 8.384,08	-44,31%
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-37.705,42	18,16%	-35.510,03	16,53%	R\$ 2.195,39	6,18%
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-45.348,50	21,84%	0,00	0,00%	R\$ 45.348,50	0,00%
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	-103.227,22	49,72%	-77.536,74	36,09%	R\$ 25.690,48	33,13%
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-1.928,17	0,93%	-68.736,93	32,00%	-R\$ 66.808,76	-97,19%
2.1.9	RESTOS A PAGAR	-208,50		-208,50		R\$ 0,00	0,00%
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
	TOTAL DO PASSIVO	-207.634,52	2,91%	-214.831,47	3,70%	-R\$ 7.196,95	-3,35%
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-6.224.057,67	87,38%	-5.592.035,76	96,30%	R\$ 632.021,91	11,30%
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-691.550,15	9,71%	0,00	0,00%	R\$ 691.550,15	
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-6.915.607,82	97,09%	-5.592.035,76	96,30%	R\$ 1.323.572,06	23,67%
	TOTAL	-7.123.242,34	100%	-5.806.867,23	100%	R\$ 1.316.375,11	22,67%

1.2.7.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **22,67%** verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 1.316.375,11**, ocorrida entre os exercícios de 2017 e 2016 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram a seguinte variação no período:

Conta	ATIVO	Variação 2016 x 2017		RISCO DE VARIÇÃO < A/H >
		R\$	A/H	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 367.791,13	20,97%	ALTO
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 350.528,27	20,68%	ALTO
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	-	ALTO
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 20.374,31	104,16%	ALTO
1.1.5	Não Localizado	R\$ 0,00	-	ALTO
1.1.9	VPD's PAGAS ANTECIPADAMENTE	-R\$ 3.111,45	-7,93%	BAIXO
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 948.583,98	23,40%	ALTO
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 296.481,27	10,31%	RELATIVO
1.2.3	IMOBILIZADO	R\$ 653.122,75	55,56%	ALTO
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	-R\$ 57.734,00	-20,69%	ALTO
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	R\$ 396.932,00	31,70%	ALTO
1.2.3.8	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	R\$ 313.924,75	-88,30%	ALTO
1.2.4	INTANGÍVEL	-R\$ 1.020,04	-100,00%	ALTO
1.2.4.1	SOFTWARES	-R\$ 1.700,00	-100,00%	ALTO
1.2.4.8	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-R\$ 679,96	-100,00%	ALTO
TOTAL		R\$ 1.316.375,11	22,67%	ALTO
Conta	PASSIVO	Variação 2016 x 2017		RISCO DE VARIÇÃO < A/H >
		R\$	A/H	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-7.196,95	-3,35%	BAIXO
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	-R\$ 5.238,48	-37,64%	ALTO
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R\$ 8.384,08	-44,31%	ALTO
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 2.195,39	6,18%	BAIXO
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$ 45.348,50	0,00%	NIHIL
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 25.690,48	33,13%	ALTO
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R\$ 66.808,76	-97,19%	ALTO
2.1.9	RESTOS A PAGAR	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
TOTAL DO PASSIVO		-R\$ 7.196,95	-3,35%	BAIXO
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 632.021,91	11,30%	RELATIVO
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	R\$ 691.550,15		NIHIL
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.323.572,06	23,67%	ALTO
TOTAL		R\$ 1.316.375,11	22,67%	ALTO

1.2.7.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

Conta	ATIVO Especificação	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO < A/V >
		Exercício Atual	A/V	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.121.532,32	29,78%	ALTO
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.045.475,95	96,42%	ALTO
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 39.934,74	1,95%	BAIXO
1.1.5	Não Localizado	R\$ 0,00	-	ALTO
1.1.9	VPD's PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 36.121,63	1,70%	BAIXO
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 5.001.710,02	70,22%	ALTO
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 3.173.091,11	63,44%	ALTO
1.2.3	IMOBILIZADO	R\$ 1.828.618,91	36,56%	ALTO
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	R\$ 221.264,33	12,10%	RELATIVO
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	R\$ 1.648.932,00	90,17%	ALTO
1.2.3.8	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 41.577,42	-18,79%	RELATIVO
1.2.4	INTANGÍVEL	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
1.2.4.1	SOFTWARES	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
1.2.4.8	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	R\$ 0,00	0,00%	NIHIL
TOTAL		R\$ 7.123.242,34	100%	ALTO
Conta	PASSIVO Especificação	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO < A/V >
		Exercício Atual	A/V	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-207.634,52	2,91%	BAIXO
	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSIST. A			
2.1.1	PAGAR A CP	-8.680,14	4,18%	BAIXO
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	NIHIL
	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			
2.1.3		-10.536,57	5,07%	BAIXO
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-37.705,42	18,16%	RELATIVO
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-45.348,50	21,84%	ALTO
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	-103.227,22	49,72%	ALTO
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-1.928,17	0,93%	BAIXO
2.1.9	RESTOS A PAGAR	-208,50		NIHIL
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	NIHIL
TOTAL DO PASSIVO		-207.634,52	2,91%	BAIXO
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-6.224.057,67	87,38%	ALTO
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-691.550,15	9,71%	BAIXO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-6.915.607,82	97,09%	ALTO
TOTAL		-7.123.242,34	100%	ALTO

1.2.7.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Conta	Especificação	< A/V >	< A/H >
1.1	ATIVO CIRCULANTE	ALTO	ALTO
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	ALTO	ALTO
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	NIHIL	ALTO
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	BAIXO	ALTO
1.1.5	Não Localizado	ALTO	ALTO
1.1.9	VPD's PAGAS ANTECIPADAMENTE	BAIXO	BAIXO
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	ALTO	ALTO
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	ALTO	RELATIVO
1.2.3	IMOBILIZADO	ALTO	ALTO
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	RELATIVO	ALTO
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	ALTO	ALTO
1.2.3.8	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	RELATIVO	ALTO
1.2.4	INTANGÍVEL	NIHIL	ALTO
1.2.4.1	SOFTWARES	NIHIL	ALTO
1.2.4.8	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	NIHIL	ALTO
TOTAL		ALTO	ALTO
PASSIVO		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Conta	Especificação	< A/V >	< A/H >
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	BAIXO	BAIXO
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	BAIXO	ALTO
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	NIHIL	NIHIL
2.1.3	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	BAIXO	ALTO
2.1.4	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	RELATIVO	BAIXO
2.1.5	PROVISÕES A CURTO PRAZO	ALTO	NIHIL
2.1.7	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	ALTO	ALTO
2.1.8	RESTOS A PAGAR	BAIXO	ALTO
2.1.9		NIHIL	NIHIL
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	NIHIL	NIHIL
TOTAL DO PASSIVO		BAIXO	BAIXO
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	ALTO	RELATIVO
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	BAIXO	NIHIL
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		ALTO	ALTO
TOTAL		ALTO	ALTO

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

2 ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 003/2018, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

2.1.1 Classificação da Receita

Relativamente à estrutura da Proposta Orçamentária/Balço Orçamentário, verificamos que a Classificação da Receita Orçamentária por Natureza não está de acordo com o estabelecido no Artigo 9º, § 4º da Lei 4.320/64, que classifica a Receita Orçamentária por Natureza conforme quadro a seguir:

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Conforme o quadro, extraído do MCASP 7ª Edição, a Categoria Econômica “Receitas Correntes”, desdobra-se nas Origens acima listadas. Não consta, portanto, dentre as Receitas Correntes, a Origem “Receitas Financeiras”, que figura na Proposta Orçamentária e no Balço Orçamentário do CRP/BA.

A classificação mais adequada para **Atualização Monetária**, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público é na **Origem** “Outras Receitas Correntes”, que é constituída pelas receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas administrativas, contratuais e judiciais, previstas em legislações específicas, entre outras (MCASP), subclassificado no Tipo “2”, por se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita.

Já a **Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras**, devem ser classificados como **Receitas Correntes “Patrimoniais”**, pois provêm da fruição do patrimônio do Conselho.

Verificamos, ainda, que consta como item de **Receita de Capital**, dentro da *origem* Outras Receitas de Capital, a *espécie* “Superavit Financeiro”, analisemos:

Conforme estabelece o § 2º do Art. 11 da Lei 4.320/64, Receitas de Capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

Já o Superávit **Financeiro** consiste na *diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas*. Portanto, trata-se de **saldo financeiro** e não de nova receita a ser registrada. Não sendo pertinente, portanto, sua inclusão na Proposta Orçamentária como fonte de Receita de Capital.

2.1.1 Classificação da Despesa

Constatamos que figura entre as Despesas de Capital, na Rubrica “Transferências de Capital” o montante fixado de R\$ 1.312.357,78, sendo que nada foi realizado no período sob análise, conforme abaixo:

OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.501.254,59	1.312.357,78	0,00	0,00	0,00	1.312.357,78
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.501.254,59	1.312.357,78	0,00	0,00	0,00	1.312.357,78
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	5.962.255,24	6.111.713,04	3.498.154,15	3.498.154,15	3.441.770,69	2.613.558,89
SUPERÁVIT	0,00	0,00	373.688,08	0,00	0,00	-373.688,08
TOTAL	5.962.255,24	6.111.713,04	3.871.842,23	3.498.154,15	3.441.770,69	2.239.870,81

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2017

Valter da Mata Filho
 Presidente CRP/03
 CRP03/1990
 430.657.405-91

Glória Maria Machado Pimentel
 Conselheira Tesoureira
 CRP-03/8457
 813.295.555-20

Pedro José Meireles Ferreira
 Contador
 CRC-BA 026417/O-2
 825.425.035-91

Classificam-se na categoria econômica Despesas de Capital, as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. As despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento (no caso dos grupos de natureza da despesa 4 – investimentos e 5 – inversões financeiras) ou o registro de desincorporação de um passivo (no caso do grupo de despesa 6 – amortização da dívida).

Constatamos, com base nas evidências colhidas, que tal previsão se trata de um “mecanismo orçamentário” que busca garantir o **equilíbrio fiscal** do CRP/BA durante o exercício financeiro, comprometendo fontes de receitas a essa rubrica. Enfatizamos que a LRF, em seu Artigo 9º, já estabeleceu mecanismos para controle da execução da despesa, quando a arrecadação de receitas se mostrar insuficiente, senão vejamos:

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **29,78%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 367.791,13** equivalentes a **20,97%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

Conta	ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
1.1	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.121.532,32	29,78%	R\$ 1.753.741,19	30,20%	R\$ 367.791,13	20,97%
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.045.475,95	96,42%	R\$ 1.694.947,68	96,65%	R\$ 350.528,27	20,68%
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	-
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 39.934,74	1,95%	R\$ 19.560,43		R\$ 20.374,31	104,16%
1.1.5	Não Localizado	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00		R\$ 0,00	-
1.1.9	VPD's PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 36.121,63	1,70%	R\$ 39.233,08	2,24%	-R\$ 3.111,45	-7,93%

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **95%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período.

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.121.532,32	29,78%	R\$ 1.753.741,19	30,20%	R\$ 367.791,13	20,97%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.045.475,95	96,42%	R\$ 1.694.947,68	96,65%	R\$ 350.528,27	20,68%
Bancos do Brasil Conta 140052-5	R\$ 9.237,16	0,44%	R\$ 121.062,44	6,90%	-R\$ 111.825,28	-92,37%
Bancos Conta Poupança BB Var. 51	R\$ 1.445.780,10	68,15%	R\$ 949.580,07	56,02%	R\$ 496.200,03	52,25%
Bancos Conta Poupança BB Var. 01	R\$ 45.923,15	2,16%	R\$ 117.361,82	96,94%	-R\$ 71.438,67	-60,87%
Bancos Conta Poupança BB Var. 96	R\$ 544.535,54	25,67%	R\$ 506.943,35	28,91%	R\$ 37.592,19	7,42%

✓ **Controles Internos**

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários cotejados com o

razão contábil, além da realização de circularização junto às instituições financeiras nas quais o Conselho mantém seus ativos financeiros.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2017 revelou pendências antigas e não ajustadas pela contabilidade.

CHEQUES A COMPENSAR NO PERÍODO				
DATA	HISTÓRICO	DEBITO	CREDITO	SALDO
01/06/2011	Pagto ch 614923 Talita Rocha		110,56	-110,56
13/06/2011	Pagto ch 614985 Ivone Maia de Mello		134,71	-134,71
06/10/2011	ch 615409 Marcia Serra (compensado a menor)		0,39	-0,39
24/01/2012	615750 (COMPENSOU A MENOR)		0,40	-0,40
20/04/2012	Pgto Correios ch 616038		1.911,15	-1.911,15
13/06/2012	616241		500,00	-500,00
	Valor não consta saída do banco		17,85	-17,85
26/04/2012	ch 616056		135,40	-135,40
03/05/2012	Valor não consta saída do banco		133,27	-133,27
25/07/2012	ch 616377		0,72	-0,72
26/11/2012	Cheque compensado a menor ch 616837		0,20	-0,20
18/12/2012	ch 616979 compensou a menor		90,00	-90,00
22/02/2013	Pagto de prest. Josélia		3.584,52	-3.584,52
	Débito em conta DARF não localizado		11,17	-11,17
12/07/2013	ch 617826		124,26	-124,26
	banco compensou a menor ch 618492		0,38	-0,38
	banco compensou a menor ch 618463		9,00	-9,00
	618900 cheque compensado a maior	6,00		6,00
11/11/2013	618962		194,13	-194,13
12/12/2013	618063		235,20	-235,20
	pagamento Zélia Maria		279,99	-279,99
11/07/2014	619863		100,00	-100,00
11/07/2014	619870		100,00	-100,00
12/09/2016	Valor com Financeiro - Supr. De Fundos Anr	150,00		150,00
	Saldo Cheques a Compensar			-7.517,30
	Saldo das Pendências no Período			-7.517,30

Identificamos também que o Conselho não possui conta corrente exclusiva para recebimento das anuidades. Conforme Resolução CFP nº 10/2007, Arrecadações:

O recebimento de receitas correntes dos Conselhos Regionais é feito pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, mediante **Convênio de cobrança bancária**, sendo os valores recebidos creditados em conta **exclusiva de arrecadação**.

A movimentação financeira normal é feita mediante transferência de valores da conta arrecadação para outra conta de livre movimentação ou de aplicação do Conselho.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa nos pareceram suficientes, mas necessitam de ajustes referentes as diferenças apontadas nas conciliações e adequação da conta Arrecadação conforme preconiza a Resolução CFP nº 10/2007.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **0,00%** da exposição ativa e registra uma variação nula em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

Conta	Descrição	Razão
1.1.2.2.1.01	Anuidades do Exercício Pessoa Física	1.108.390,40
1.1.2.2.1.02	Anuidades do Exercício Pessoa Jurídica	77.723,52
1.1.2.2.1.03	Anuidades de Exercícios Anteriores	0,00
1.1.2.2.1.04	Fundo de Seções	0,00
1.1.2.9.1.02	(-) Provisão para Perdas de Créditos Tributários	-1.186.113,92

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2017 e 2016, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

O CRP/BA apresenta um valor de Anuidades a Receber que monta R\$ 1.186.113,92 que não figura em seu Balanço Patrimonial devido à constituição de Ajuste para Perdas em igual valor, cuja metodologia é apresentada nas Notas Explicativas.

Os procedimentos de reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa estão respaldados nos Princípios de Contabilidade normatizados pela Resolução CFC nº 1.111/07 e suas alterações, em especial: **Oportunidade e Prudência**. Apesar de ter sido revogada [a Resolução], não significa que os Princípios de Contabilidade estejam extintos.

Verificamos que a metodologia para cálculo das Perdas Estimadas leva em consideração tão somente a Proposta Orçamentária, ignorando, assim, que há uma parcela desses créditos que tem se realizado. De forma que, em nossa opinião, o tratamento de todo o crédito a receber como Perda Estimada subavalia o ativo da entidade, ao deixar de reconhecer direitos com alta expectativa de realização.

Em relação ao cálculo das Perdas Estimadas para o Recebimento de Créditos, constatamos que foi utilizado o índice de 100% sobre os Créditos a Receber para cálculo das Perdas Estimadas, todavia o histórico de recebimentos do CRP/BA dos últimos três exercícios, com base nos razões, aponta para uma taxa de “não recebimentos” diferente.

As anuidades a receber do CRP-BA, são apropriadas conforme previsão orçamentaria da receita. Tais registros devem ocorrer levando em consideração a emissão dos boletos de

cobrança e controlados mensalmente (conciliadas) devido aos cancelamentos e novas solicitações de registro profissional. O subsistema patrimonial obedece ao princípio da competência, de acordo com a Lei nº 4.320/64, Título IX – Da Contabilidade:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador.

Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 750/1993

Verificamos que a Autarquia não possui metodologia para cálculo das Perdas Estimadas para créditos de liquidação duvidosa. sobre o assunto, o MCASP dispõe:

Este Manual não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança nos entes da Federação. Caberá a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos, mas existe a necessidade de adequações referentes a apropriação dos créditos tributários e metodologia para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **70,22%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 949.583,98** equivalentes a um percentual de **23,40%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

Conta	ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 5.001.710,02	70,22%	R\$ 4.053.126,04	69,80%	R\$ 948.583,98	23,40%
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 3.173.091,11	63,44%	R\$ 2.876.609,84	70,97%	R\$ 296.481,27	10,31%
1.2.3	IMOBILIZADO	R\$ 1.828.618,91	36,56%	R\$ 1.175.496,16	29,00%	R\$ 653.122,75	55,56%
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	R\$ 221.264,33	12,10%	R\$ 278.998,33	23,73%	-R\$ 57.734,00	-20,69%
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	R\$ 1.648.932,00	90,17%	R\$ 1.252.000,00	106,51%	R\$ 396.932,00	31,70%
1.2.3.8	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 41.577,42	-18,79%	-R\$ 355.502,17	-127,42%	R\$ 313.924,75	-88,30%
1.2.4	INTANGÍVEL	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 1.020,04	0,08%	-R\$ 1.020,04	-100,00%
1.2.4.1	SOFTWARES	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 1.700,00	-0,48%	-R\$ 1.700,00	-100,00%
1.2.4.8	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	R\$ 0,00	0,00%	-R\$ 679,96	-66,66%	-R\$ 679,96	-100,00%

3.1.2.1. Ativo Realizável a Longo Prazo

O saldo de R\$ 3.173.091,11 constante nesse grupo, é composto por Anuidades de exercício anteriores e dívida ativa, assim dividido:

Conta	Descrição	Razão
1.2.1.1.2.01	Anuidades de exercícios anteriores	2.109.460,67
1.2.1.1.3.01.01	Créditos de Dívida Ativa Administrativa a receber a longo prazo	436.423,38
1.2.1.1.3.01.02	Créditos de Dívida Ativa Executiva a receber a longo prazo	627.207,06

✓ **Constatações**

Verificamos a existência de anuidades de exercícios anteriores no longo prazo. O saldo foi transferido sem qualquer renegociação que alterasse a vigência do prazo de pagamento das dívidas.

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as **perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo.**

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Longo Prazo, nos pareceram insuficientes para salvaguardar tais ativos, necessitando de aprimoramento, principalmente, na inscrição e cobrança dos valores de Anuidades do exercício anterior.

3.1.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **36,56%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um aumento de **23,40%** das transações que compõem a variação positiva de **R\$ 948.583,98**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 5.001.710,02	70,22%	R\$ 4.053.126,04	69,80%	R\$ 948.583,98	23,40%
IMOBILIZADO	R\$ 1.828.618,91	36,56%	R\$ 1.175.496,16	29,00%	R\$ 653.122,75	55,56%
BENS MÓVEIS	R\$ 221.264,33	12,10%	R\$ 278.998,33	23,73%	-R\$ 57.734,00	-20,69%
BENS IMÓVEIS	R\$ 1.648.932,00	90,17%	R\$ 1.252.000,00	106,51%	R\$ 396.932,00	31,70%
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 41.577,42	-18,79%	-R\$ 355.502,17	-127,42%	R\$ 313.924,75	-88,30%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da Autarquia, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **2,91%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação negativa de **R\$ -7.196,95**, equivalentes a um aumento de **-3.35%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando alto risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

Conta	PASSIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-207.634,52	2,91%	-214.831,47	3,70%	-7.196,95	-3,35%
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	-8.680,14	4,18%	-13.918,62	6,48%	-R\$ 5.238,48	-37,64%
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-10.536,57	5,07%	-18.920,65	8,81%	-R\$ 8.384,08	-44,31%
2.1.4	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-37.705,42	18,16%	-35.510,03	16,53%	R\$ 2.195,39	6,18%
2.1.5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-45.348,50	21,84%	0,00	0,00%	R\$ 45.348,50	0,00%
2.1.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	-103.227,22	49,72%	-77.536,74	36,09%	R\$ 25.690,48	33,13%
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-1.928,17	0,93%	-68.736,93	32,00%	-R\$ 66.808,76	-97,19%
2.1.9	RESTOS A PAGAR	-208,50	2,40%	-208,50	1,50%	R\$ 0,00	0,00%

4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRP. Em 31/12/2017 essa conta apresenta um saldo de R\$ 8680,14, que estava assim composto:

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Autarquia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

✓ **Recomendação**

Portanto, recomendamos ao Setor Jurídico que informe em um relatório, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo.

Há obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente onde a probabilidade da saída dos recursos é remota.
A provisão deve ser reconhecida (item 22).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).
A divulgação da provisão é necessária (itens 97 e 98).	A divulgação do passivo contingente é necessária (item 100).	A divulgação não é necessária (item 100).

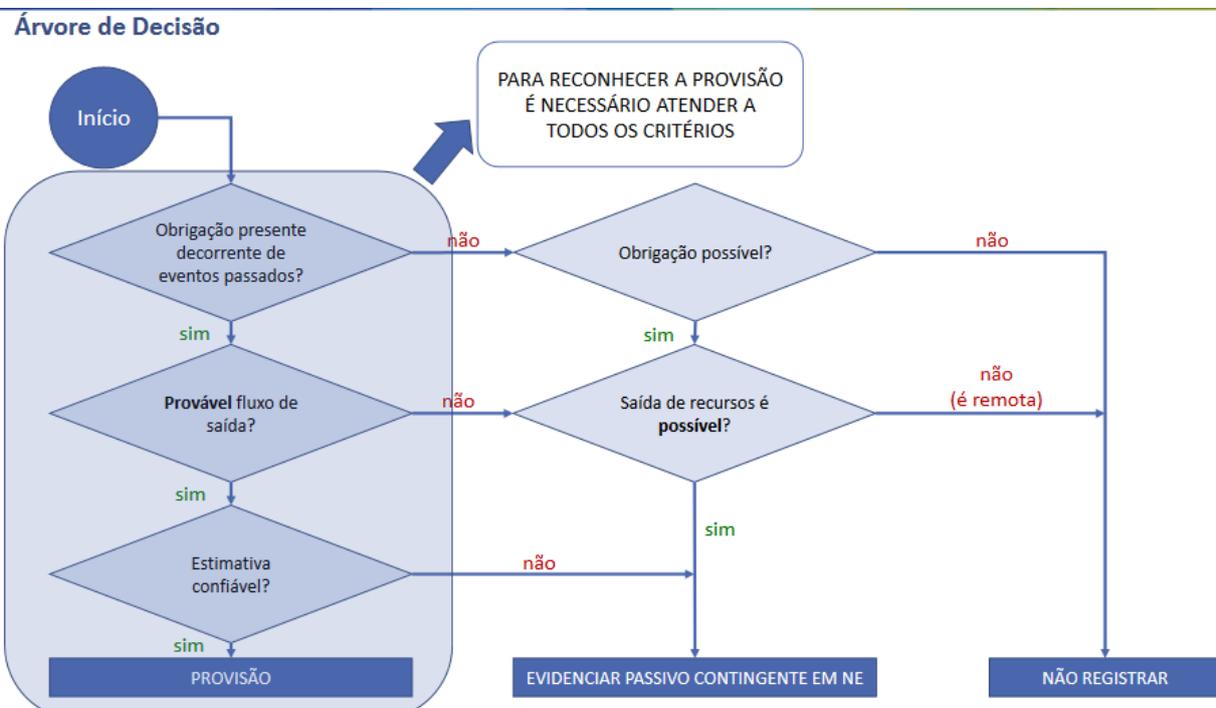
Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.



4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **97,09%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **23,67%** em relação ao exercício anterior.

Conta	PASSIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
		Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-6.224.057,67	87,38%	-5.592.035,76	96,30%	R\$ 632.021,91	11,30%
2.3.7.1.	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-691.550,15	9,71%	0,00	0,00%	R\$ 691.550,15	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-6.915.607,82	97,09%	-5.592.035,76	96,30%	R\$ 1.323.572,06	23,67%

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRP BA, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CRP e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

- ✓ Observância dos Prazos;
Obs.: Sem inconformidades
- ✓ Análise dos Comprovantes;
Obs.: Obs.: Não vêm sendo observado, pelos Agentes Supridos, o limite individual de R\$ 200,00 por despesa de pequeno vulto, correspondente a 0,25% do valor constante na alínea "a" do inciso "II" do Art.º 23, da Lei 8.666/93. Limite que, conforme Norma 05 do CFP aprovada pela Resolução nº 010/2007, de 1º de junho de 2017, é de R\$ 100,00.
- ✓ Análise das Formalidades;
Obs.: Sem inconformidades

Opinião

Foi constatado que os Suprimentos de Fundos aplicados pelos Agentes Supridos, se destinam, em sua grande maioria, a cobrir despesas de pequeno vulto, todavia as despesas realizadas não se revestiram do caráter da excepcionalidade previsto no *caput* do Art. 45 do Decreto nº 93.873/86. Ou seja, eram previsíveis e passíveis de planejamento, e poderiam ter sido submetidas ao processo normal de aplicação da despesa.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico (<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/orientacoes-aos-gestores/>) uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

5.1 ANÁLISE DOS COMPROVANTES

Os comprovantes de despesa realizada com recursos oriundos de Suprimento de Fundos têm as mesmas características de quaisquer documentos relativos a despesas subordinadas ao processo normal de pagamento.

As suas principais características são:

- a) os documentos fiscais, notas fiscais de vendas, notas fiscais de prestação de serviços – pessoa jurídica, faturas e recibos de pessoas físicas **não** deverão conter rasuras, acréscimos, entrelinhas;
- b) deverão ser emitidos **por quem forneceu** o material ou prestou o serviço;
- c) **deverão estar em nome do responsável pelo suprimento de fundos (recibos) ou do órgão a que o mesmo pertencer (CRP);**
- d) deverão ainda constar obrigatoriamente

- A data de emissão, que deverá ser sempre igual ou posterior à data da concessão (data do empenho) do Suprimento de Fundos;

- Detalhamento do material fornecido ou do serviço prestado, **evitando-se generalizações ou abreviaturas que impeçam ou dificultem o conhecimento da natureza das despesas** e da unidade fornecedora de materiais ou serviços (discriminação da quantidade de produto ou de serviço) e;

- No caso de serviços prestados por pessoas físicas: nota fiscal avulsa - se o prestador de serviço tiver inscrição municipal - e o recibo de pagamento de autônomo - que deve conter número do registro Geral (RG) e CPF e inscrição no INSS, se for o caso.

✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2017.

✓ Opinião

Procedemos ao minudente exame dos comprovantes, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

- ✓ **Observação 1:** Os documentos comprobatórios de despesa deverão constar, claramente, a discriminação do material fornecido ou do serviço prestado, não se admitindo discriminação genérica ou emprego de abreviaturas que impeçam a clara identificação do objeto da despesa.

- ✓ **Observação 2:** Os comprovantes de despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.
- ✓ **Observação 3:** Os documentos comprobatórios de despesa serão apresentados em original emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, em nome da Unidade Gestora (CRP) ou do responsável pelo suprimento (recibos).

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

✓ **Órgãos Colegiados**

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

✓ **Opinião**

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

✓ **PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- ✓ Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- ✓ PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ✓ PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- ✓ PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRP, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2017, para com base em critérios estatísticos, estratificamos aqueles que foram objetos da amostra, em proporções.

✓ **Constatações**

Todas as aquisições de materiais e serviços do Conselho foram realizadas através de contratação direta. Salientamos que tal procedimento não significa ausência do respeito aos princípios básicos que orientam a atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes. Para haver a contratação direta será previamente necessário um procedimento, para respeitar os princípios e realizar o ato mais vantajoso para a Administração, que conseqüentemente refletira na melhor oferta.

O CRP/BA não realizou tais formalidades nos processos como as devidas cotações de preço e ainda a apresentação da regularidade fiscal entre outros procedimentos.

✓ **Opinião**

Para melhor controle e gerenciamento dos atos de gestão, os processos de despesas (contratação direta) deverão sofrer algumas implementações, especialmente para os seguintes procedimentos básicos:

- Autorização da despesa;
- Emissão da nota de empenho NE;
- Cotação de preços;
- Certidões de regularidades;
- Comprovante da despesas (notas fiscal);
- Atesto de cumprimento do serviço ou entrega dos materiais;
- Emissão do pagamento (Ordem bancária).

09. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 26 (vinte e seis) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **CRP/BA – 3ª REGIÃO** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Salvador/BA, 13 de novembro de 2018



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S" BA


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" BA
Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" BA


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" BA



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br